

**12. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO REGULAMENTAR –
ARTº 58º DA TABELA DE TAXAS:**

Da **DMGAP** submetendo à consideração do Executivo proposta relativa ao início do procedimento de alteração regulamentar – artº 58º da Tabela de Taxas do Município de Braga, nos termos em anexo.

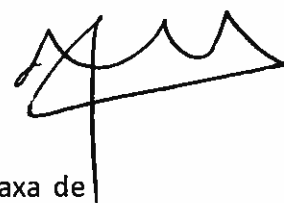
Assunto: Proposta de alteração do valor da taxa de utilização de zonas de estacionamento de duração limitada com controlo através de parcometros

Data: 22/07/2019

A. M. de Sousa

195723

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 58.º DA TABELA DE TAXAS



O Conselho de Administração da TUB propôs a alteração do valor da taxa de utilização de zonas de estacionamento de duração limitada com controlo através de parcometros, com a seguinte justificação:

“ Considerando que:

- O espaço público é escasso;
- Durante cerca de 90% de um dia o automóvel individual está estacionado.
- Um veículo comercial está estacionado cerca de 60% de um dia;
- Um automóvel dificilmente está em movimento durante mais de 2 ou 3 horas por dia, originando que durante mais de 20 horas haja a necessidade de espaço público para ter os automóveis imobilizados;
- Cerca de um terço do trânsito e do congestionamento de uma cidade tem como causa a procura de estacionamento;
- As pessoas circulam, em média, mais 4,5 km quando não há lugares livres de estacionamento;
- No período em que o estacionamento era gratuito, e no último ano em que se verificou défice de recursos humanos na equipa de fiscalização, ocorreu um aumento da pressão automóvel e do congestionamento;
- Uma taxa de ocupação de cerca de 18% é um valor demasiado baixo para a gestão do estacionamento de superfície, o que põe em causa a sustentabilidade e a eficiência da gestão do mesmo;
- O objetivo é equilibrar a oferta e a procura, sendo que o preço tem aqui um papel fundamental;

- A taxa adequada ao estacionamento na rua é aquela que garante pelo menos 1 lugar livre em cada 8 e que não há a necessidade de "dar voltas" à procura de lugar;
- É necessário um preço que responda à procura, que não seja tão baixo que leve a um *spillover*, nem tão alto que leve a um sistema vazio;
- É necessário um preço que não leve a um aumento do congestionamento e da pressão automóvel (demasiado baixo), nem um preço que leve ao boicote ao centro da cidade (demasiado alto).

Assim, propõe-se que a taxa de estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada passe a ser de 0,80 €, sendo que o mínimo é de 15 min a 0,20€ e num máximo de 2 horas. "

ANÁLISE:

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovou o novo regime financeiro das autarquias locais, conferindo aos municípios o poder de criar taxas que incidam sobre as "utilidades prestadas aos particulares, geradas pelo município ou atividades dos particulares."

As taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo – cfr. Artigo 8.º, n.º 1, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais- RGTA)

O regulamento que crie taxas municipais ou taxas das freguesias contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade: a) A indicação da base de incidência objetiva e subjetiva; b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar; c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local; d) As isenções e sua fundamentação; e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas; f) A admissibilidade do pagamento em prestações.

Nos termos do disposto no artigo 9.º do RGTA os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos Regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação.

O n.º 2 do mesmo artigo, dispõe que, **a alteração do valor das taxas de acordo com qualquer outro critério efetua-se mediante alteração ao regulamento de criação respetivo e deve conter a fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.**

O Estacionamento de Duração Limitada está regulado na Parte D, Título I, Secção III, do Código Regulamentar do Município de Braga, nos artigos D-1/20.º e seguintes, aí se prevendo, no artigo D-1/21.º, que a utilização de zonas de estacionamento de duração limitada fica sujeita ao pagamento de taxas, nos termos e condições a definir pela Assembleia Municipal e atualizadas anualmente.

Essa taxa de utilização de zonas de estacionamento de duração limitada está prevista no artigo 58.º (Estacionamento com parcometros coletivos) da Tabela de Taxas, Anexo 7 do CRMB e que dele faz parte integrante.

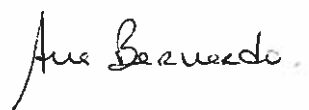
Face ao exposto, **propõe-se a remessa da presente informação ao Sr. Presidente da Câmara**, para aprovação.

Após aprovação do Sr. Presidente, deverá o processo ser remetido ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA) para os procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal com vista a:

- Aprovação do início do procedimento de alteração regulamentar – Artigo 58.º da Tabela de Taxas, que deverá, posteriormente, ser publicitado na internet, no site institucional do Município, nos termos do disposto no artigo 98.º do CPA.

À consideração superior,

A Jurista,



AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL
RELATIVO AO INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO/ADITAMENTO DO
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em Reunião Ordinária Pública realizada no dia 29/07/2019, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de Revisão **Regulamentar**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante.
2. A referida alteração regulamentar incide sobre a Tabela de Taxas **do Município de Braga**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do **Regulamento/Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

-
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, ____/____/2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio